



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO



XXV
SEMANA
PUR
2019



XXV SEMANA PUR

XXV SEMANA DE PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - 2019

A inflexão ultraliberal e o desmonte das políticas públicas no Brasil

Rio de Janeiro, 7 a 11 de outubro de 2019

SESSÃO TEMÁTICA 12 - RACISMO ESTRUTURAL E SEGREGAÇÃO RACIAL

**A violência como expressão da inflexão ultraliberal conservadora: articulando
discurso, prática e efeitos das políticas de promoção da segurança na cidade do
Rio de Janeiro após 2016**

André Lopes (IPPUR)

Franciele Bonoldi (IPPUR)

Mateus Freinkel (IPPUR)

Nathália Rocha (IPPUR)

Ramon Carnaval (IPPUR)

Resumo

Segundo Joice Berth, “o racismo é um urbanista que planeja e define espaços de morte e vida nas grandes cidades”. Desde 2016, a cidade do Rio de Janeiro é alvo da concentração na esfera militar dos assuntos relacionados à segurança pública. O deslocamento das atribuições referentes à superação da violência urbana é complexo e envolve desde agentes do setor público e privado ao contexto político atual - marcado pela inflexão ultraliberal conservadora. Nesse sentido, este artigo propõe investigar em que medida o estágio atual da política brasileira - e das suas representações em torno do aprofundamento do discurso liberal em escala supranacional, que busca atrair o mercado internacional com a imagem de cidade segura - legitima discursos raciais e regimes de extermínio, a partir da promoção de políticas públicas de segurança e da criação do inimigo, materializado na condição do corpo negro em periferias e áreas favelizadas. Quanto à metodologia, trata-se (1) de pesquisa quantitativa de coleta e análise de dados; (2) mapeamento de dados de violência urbana a partir do histograma da variável *auto de resistência*, no período de 2016 até hoje; (3) da comparação do quadro da violência urbana atual com os dados de geografia racial do município do Rio de Janeiro. Os efeitos observados em torno da promoção da segurança - pautada pela privatização, pela ostensividade, pela abordagem seletiva e pela militarização - acentuam a violência urbana principalmente em territórios segregados racial e socialmente.

Palavras-Chaves: Violência urbana, racismo, medo, privatização e políticas de segurança.

Introdução

O artigo aborda o tema da violência urbana no contexto atual, articulando discurso, prática e efeitos das políticas de promoção da segurança na cidade do Rio de Janeiro após 2016. Nos últimos anos, os efeitos da inflexão ultraliberal conservadora apontam para o aumento da letalidade policial e a acentuação da segregação urbana. Nesse sentido, questiona-se em que medida o estágio atual da política brasileira - e das suas representações em torno do aprofundamento do discurso liberal em escala supranacional - legitimam retóricas racistas e regimes de extermínio.

A inflexão ultraliberal se reflete, sobretudo, na retração das possibilidades de ação e controle por parte do Estado nos assuntos voltados às questões urbanas. Seja através da redução dos

investimentos em políticas sociais, seja na reorientação dos investimentos públicos para o alinhamento às demandas do capital privado, a priorização da produção de um espaço urbano atrativo aos investimentos estrangeiros, em um quadro de crescente competitividade global, implica na restrição ao atendimento das demandas da população por uma cidade mais justa e democrática.

Considerando os efeitos observados desde 2016 até os dias atuais, motivados pelas inflexões de cunho político e econômico, o artigo se propõe a analisar e a relacionar (1) o aumento da violência e da letalidade policial, (2) a privatização da segurança e da cidade, (3) a expansão e fortificação de espaços segregados - segregadores, e (4) os atravessamentos desses temas nas questões relacionadas ao racismo presente na sociedade e no espaço brasileiro. Em síntese, o artigo traça a relação entre violência, território e o corpo negro na cidade do Rio de Janeiro nos últimos anos. A hipótese é de que a repressão policial tem alvo, e é reforçada pelo discurso da inflexão ultraliberal - conservadora das lideranças políticas empossadas nas últimas eleições no Brasil.

Para tal, quanto à metodologia, trata-se (1) de uma pesquisa quantitativa de coleta e análise de dados; (2) do mapeamento de dados de violência urbana a partir do histograma da variável *auto de resistência*, no período de 2016 até 2019; (3) da comparação do quadro da violência urbana atual com os dados da geografia racial. Quanto à estrutura, o artigo apresenta um breve relato dos principais acontecimentos do período 2016-2019, buscando entender a construção do discurso que legitima as práticas políticas dos governos atuais em todas suas esferas. Em seguida, aborda a inflexão ultraliberal e a criminalização de territórios a partir da influência da atual fase do capitalismo no processo de urbanização das cidades. Por fim, analisa a relação entre território, segurança e segregação, e aborda a questão racial inserida na problemática delineada pela atual conjuntura.

O discurso legitimador da violência e do medo

A intervenção federal na segurança do estado do Rio de Janeiro, em 2018, no governo Temer, pode ser considerada um marco na mudança de discurso e prática na segurança pública do Brasil, inserido em um fenômeno global de ascensão de governos ultraliberais conservadores. Tal fenômeno tem como marco histórico o ano de 2016, no qual os eventos representados (1) pela vitória do presidente Donald Trump nas eleições norte-americanas, (2) pelo referendo a favor do *Brexit* no Reino Unido e (3) pelo impeachment da presidente Dilma Rousseff no Brasil, constituem o processo de inflexão do quadro político dos países em questão. Dentro desse movimento e no

contexto brasileiro, percebe-se a construção de um discurso que legitima e reforça a espacialização do medo segundo a prática repressiva e violenta por meio do Estado.

Nas últimas eleições, o discurso alarmista da repressão e da violência como caminho da segurança pública foi o ponto focal através do qual candidatos ultraliberais conservadores alçaram sua elegibilidade. Pelo lado ultraliberal, percebeu-se o discurso da proteção individualizada relacionado a privatização da segurança. Do outro lado, conservador, percebeu-se o discurso de intolerância e radicalização, relacionado a uma política mais repressiva, combativa e letal. Essa ambiguidade narrativa só foi legitimada através da construção do “inimigo” e do “cidadão de bem”, altamente ideologizadas.

O discurso da violência e do medo trouxe à tona uma certa normatização do que até então era considerado absurdo, reforçando certas condutas no espaço urbano. Na perspectiva ultraliberal, pode-se perceber espaços urbanos cada vez mais segregados e vigiados, alta especulação imobiliária e espetacularização das grandes cidades brasileiras, caso do Rio de Janeiro. Na perspectiva conservadora, pode-se perceber espaços urbanos cada vez mais estigmatizados pela construção de comportamentos racistas e discriminatórios de agentes de segurança pública.

Podemos ver neste gráfico¹ a evolução anual da variável de Homicídio por Intervenção Policial, de 2016 a 2019, no estado do Rio de Janeiro. O volume representado no gráfico apresenta o número de vítimas em cada ano por intervenção de agentes do Estado. Os dados apresentados são oriundos da base de dados abertos do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP-RJ). No gráfico, a taxa de crescimento no período exposto é de 24%, considerando apenas o sestênio.

¹ Foi utilizado o método de cálculo *Growth Rate*, que consiste em analisar a taxa de crescimento considerando o intervalo entre os períodos apresentados na tabela. A equação da taxa de crescimento requer que os dados tenham os valores de cada período correspondentes à sua quantidade. A fórmula: $\text{taxa de crescimento} = (\text{presente/passado})^{1/n} - 1$, onde n é o número de período do nosso recorte temporal.



Embora estudos possam apontar para um aumento da violência policial, o atual governo, estadual e federal, por meio de distorção, manipulação e repressão de dados de segurança percebeu que é conveniente disseminar o medo. O medo é uma ferramenta de construção social e política orientado na direção dos interesses das esferas da sociedade que historicamente ocupam espaços de poder. Expressões do discurso legitimador da violência e do medo passam pela construção do “inimigo”, na criminalização da cultura, religião e da liberdade política do “outro”, atingindo majoritariamente comunidades historicamente marginalizadas e seus territórios. E, na construção do inimigo, todo periférico pode ser um inimigo.

Segundo “O Estado de São Paulo”, em 2018, o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, além de propor, orientou a polícia do estado a atirar em qualquer potencial sujeito criminoso que esteja nas ruas da cidade portando um fuzil. Para Witzel, não é necessário que a pessoa esteja mirando ou ensejando alguma ameaça com a arma para que os policiais atirem. Segundo ele “O correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro” (*O Estado de São Paulo*, 01 nov. 2018).

Segundo “Veja”, em 2019, o presidente Bolsonaro, em um discurso, defendeu policiais que matam em serviço. Bolsonaro ainda criticou o Ministério Público e a Justiça por “transformarem” *autos de resistência*. Segundo o presidente: “Muitas vezes a gente vê que um PM, ao ser alçado a uma função, vem a imprensa dizer que ele tem vinte *autos de resistência*. Tinha que ter cinquenta. É sinal que ele trabalha, que ele faz sua parte e que não morreu. Ou queria que nós providenciássemos emprego pra viúva. Isso tem que deixar de acontecer, e como? Mudando a legislação, ninguém quer impor nada, para que a lei seja temida pelos marginais e não pelo cidadão de bem” (*Veja*, 03 out. 2019).

Segundo “O Globo”, o governador do Rio de Janeiro, Wilson Witzel, em 2019, propôs a criação de uma cartilha que ensine a moradores de favelas como agir durante operações policiais.

Segundo o governador, a ação foi chamada de “plano de segurança para a redução de danos”. Como se pretende “intensificar o confronto com criminosos”, o material visa reduzir os riscos de balas perdidas. Em seu discurso, Witzel comparou as operações policiais com a Segunda Grande Guerra Mundial, que deixou milhões de mortos (*O Globo*, 24 set. 2019).

No mesmo dia, Witzel anunciou por meio de um decreto que as mortes cometidas por policiais não serão mais contabilizadas no índice de letalidade violenta, um dos indicadores estratégicos para análise da criminalidade no estado. Com a mudança, os policiais não serão mais incentivados a reduzir sua letalidade. Na reportagem do *O Globo*, o sociólogo Ignacio Cano cita que a mudança no sistema de metas vem num momento em que o Rio bate recorde no número de mortes por intervenção policial. A PMERJ² é responsável por cerca de 1/3 de todas as mortes violentas do estado (*O Globo*, 24 set. 2019).

No entanto, estudo recente realizado pelo Ministério Público (CENPE/MPRJ) comprova que a violência policial não diminui a ocorrência de crimes na cidade do Rio de Janeiro. A pesquisa afirma que o aumento do número de mortes em ações policiais não tem relação direta com a redução da criminalidade no estado. (*GI*, 29 set. 2019). É nessa perspectiva que as notícias apontam a crise ética e moral que se vive nos dias atuais, pautados pela inflexão ultraliberal conservadora na criminalização de certos territórios. Se há determinados territórios atingidos, é fundamental entender quais são esses territórios e as motivações que legitimam o aporte da violência e do medo nesses contextos.

A inflexão ultraliberal e a criminalização de territórios

O estágio atual da política brasileira reflete o caráter político-econômico do contexto global, marcado pelas necessidades do capitalismo em sua etapa de financeirização. A reprodução das cidades e, conseqüentemente, seu processo de urbanização, também acaba por atender às demandas do capital de constante expansão, o que não corresponde com a manutenção da infraestrutura apenas, mas com uma lógica de investimentos que condiciona a uma atuação de renovações urbanas, por um lado, e à expansão do perímetro urbano, por outro. Esses cenários são direcionados para segmentos populacionais distintos e apresentam características específicas, repercutindo as históricas desigualdades territorial e social brasileiras.

² Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Essa influência do capital no processo de urbanização das cidades se apresenta em âmbito internacional, produzindo cidades que buscam uma semelhança entre si, com características consideradas atrativas ao capital externo. Nesse contexto, os investimentos urbanos passam a ser pautados por uma lógica de competitividade entre as cidades, a partir de um marketing urbano que as vende de maneira cada vez mais atrativa, segundo Smith (1996), com a mobilização do espetáculo. Esse crescimento, então, se norteia por demandas econômicas, deixando em segundo plano as necessidades da população, segregando cada vez mais o território com características que vão de encontro aos princípios da justiça social.

Essa cidade atrativa aos olhos do capital transnacional, que, por sua vez, possui interesses economicamente homogêneos, condicionando aspectos urbanos também cada vez mais padronizados, não só não está interessado no caráter social de cada lugar, como induz a sua negação. Nesta cidade cenográfica e bela, segundo Vainer (2000), a pobreza é tratada como problema de paisagem, devendo ser eliminada para que possa competir por investimentos externos.

O contexto histórico e econômico brasileiro, por sua vez, apresenta características que reafirmam essa condição, uma vez que é marcado por constante dependência externa. Desde o período colonial até os dias atuais, a economia brasileira se apresentou de diferentes maneiras, mas sempre condicionada a um papel subalterno e dependente, se localizando de maneira periférica na divisão internacional do trabalho (Maricato, 2000). Além disso, o atual cenário político brasileiro enfatiza essa condição, reafirmando, a partir da sua inflexão ultraliberal, a dependência externa de investimentos para o desenvolvimento econômico nacional.

De maneira mais particular, outra característica que corrobora para a predominância econômica e subalternização das condições sociais é o caráter moralista presente na atual conjuntura política. Este ultraliberalismo conservador, além de reorientar os investimentos de políticas públicas, em sua grande parte, para a execução do setor privado, uma vez que a atuação estatal pródiga em gastos não atende aos requisitos da economia neoliberal (Smith, 1996), também se apropria, a partir da moral, da imagem de um inimigo historicamente construído, que deve ser combatido. Este inimigo, no entanto, não se apresenta de maneira aleatória, ele tem cor e lugar. Com a construção imagética de que essa parcela da população não é dotada de características suficientes para serem considerados cidadãos, se justifica a atuação estatal nos territórios em que habitam, para levar condições básicas de civilidade.

É necessário, no entanto, que essa atuação seja respaldada pela aceitação por todas as camadas da população, inclusive pelas que são vítimas desse processo. Segundo Maricato (2000),

devido ao processo histórico de urbanização brasileira, marcado pela “importância do trabalho escravo [escravizado], a pouca importância dada à reprodução da força de trabalho, e o poder político relacionado ao patrimônio pessoal”, reforça e aprofunda a subalternização de sujeitos negros e pobres, que não conseguem acessar condições dignas de cidadania, sendo relegados à territórios marginalizados, seja pela sua localização, seja pelas condições de habitabilidade. Essa naturalização de corpos sendo considerados subalternos necessita da criação de um consenso, pautado em aspectos fenotípicos e falácias biológicas, que legitima a criminalização da população negra e, conseqüentemente, dos territórios que habitam.

Essa sociedade marcada pela desigualdade social, racial e territorial, assim como a sua criminalização e a conseqüente atuação coercitiva em efeitos de policiamento, serve, em última análise, para garantir os pré-requisitos necessários para que o capital internacional se sinta seguro para investir. Além de um planejamento urbano voltado para a produção de uma cidade esteticamente bela e atrativa, a sua pacificação, ainda que mascarada, também se apresenta como um item necessário na atual lógica de inflexão ultraliberal, sendo condicionado um exercício de cidadania específico, no qual os interesses empresariais globalizados possam se apropriar (Vainer, 2000).

Por fim, as "bombas socioecológicas" produzidas por essa lógica de desenvolvimento das cidades são ignoradas, conceito definido por Maricato (2000), caracterizado por territórios homogeneamente pobres e negros, sem acessos aos serviços públicos e às oportunidades, e, principalmente, com uma relação direta com a violência. Sendo necessário, então, como aponta Vainer (2000), de uma atuação estratégica que busque uma trégua social respaldada por uma atuação estatal contraditoriamente violenta, representada pela instituição policial, justificada pela imagem do inimigo produzida.

Território, segurança e segregação

Um dos reflexos do momento político recente é a configuração de uma política de segurança pública que atua ora em uma lógica de atendimento às demandas do capital privado, em parceria com este, ora através de uma repressão policial violenta. Esta atuação dual se configura espacialmente sobre a cidade do Rio de Janeiro. Ao analisarmos o seu desdobramento sobre o território urbano, pode-se observar uma atuação seletiva do Estado. Isto se reflete, por exemplo, nas

taxas de homicídios por intervenção policial: nas regiões de menor poder aquisitivo, as taxas são bastante superiores quando comparamos com as taxas dos bairros de classe média/alta.

Nas centralidades de caráter comercial e de potencial turístico da capital fluminense, estão sendo implementados programas de policiamento em que parte do financiamento se dá pelo setor privado. Nos bairros e regiões de maior poder aquisitivo, parte da população se encarcera em condomínios fechados murados. Nos demais bairros de classe média e média alta, as ações de segurança se dão, basicamente, por ações de policiamento ostensivo e por uma atuação estatal menos violenta em operações, quando comparamos com as regiões de mais baixo poder aquisitivo. Nestas últimas, as ações de maior relevância são as operações militarizadas, por parte das polícias militar e civil, assentadas em um discurso legitimador do uso da força sobre populações pobres, em sua maioria *negra*.

Em regiões comerciais e em áreas turísticas da cidade do Rio de Janeiro, a ação de segurança pública mais relevante tem sido a de utilizar agentes em ações de patrulhamento, no âmbito de programas financiados parcialmente por organizações do setor privado e por prefeituras. O pioneirismo dessas parcerias se deu com o programa Lapa Presente, implementado em 2014. No final do ano de 2015, o Governo do Estado, em parceria com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Rio de Janeiro (FECOMERCIO-RJ), implementou o programa Segurança Presente, nos bairros da Lagoa, Meier, Flamengo e Centro, sendo este último o que conta com o maior número de agentes. Mais recentemente, o programa tem agregado novas parcerias, sendo expandido para diversos bairros da cidade, como Tijuca, Laranjeiras, Ipanema, além das cidades de Nova Iguaçu e Niterói. Há de se destacar também o programa Rio + Seguro, de iniciativa da prefeitura do Rio de Janeiro em parceria com o governo estadual (*Alerj*, 11 mai. 2017).

Os programas utilizam policiais militares que não estão em serviço, agentes civis, egressos das forças armadas e assistentes sociais, além de guardas municipais (no caso do programa Rio + Seguro). A lógica das ações – de oferecer patrulhamento ostensivo financiado por regimes de parcerias – retira o caráter público da política de segurança e se reflete na atuação seletiva. O planejamento do programa tem origem em um regime de negociações, que culmina na implementação sobre regiões tidas como “estratégicas” às demandas de grupos com poder de barganha e do capital privado, no sentido de promover a cidade em um contexto global de competitividade. Já outros territórios, que também sofrem com iguais ou maiores índices de criminalidade, permanecem com ações pontuais ou deficientes de policiamento.

A reclusão de parte significativa da população carioca de mais alta renda em condomínios fechados também pode ser inserida em uma lógica de privatização da segurança. Mesmo que estes (condomínios fechados) sejam parte de um fenômeno anterior na história da urbanização brasileira, o fato de o policiamento no interior desses espaços não ser protagonizado pelo Estado, também retira o caráter público da política de segurança. Por sua natureza privada, a segurança plena é circunscrita pelos espaços murados e destinada àqueles que podem arcar com o seu custo, em contraposição à cidade com seus altos índices de violência e medo.

Além dos efeitos relacionados à segurança, os impactos dessa forma de urbanização sobre a cidade são nefastos e amplamente conhecidos. Caldeira (1997) evidencia o caráter segregador desses espaços, que ela denomina de “enclaves fortificados”. Através de mecanismos de controle e vigilância, é criado um filtro sobre quem acessa e em quem serão utilizados instrumentos de coerção, como revistas invasivas, geralmente por critérios sociais e étnico-raciais. Ademais, certas características desses territórios, como a exclusão de gestos para o exterior e a negação da rua enquanto espaço de convivência, criam uma ruptura profunda com a interface do tecido urbano e com a própria cidade, em uma escala mais ampla. Isto porque os enclaves “promovem a desigualdade e a sensação de que diferentes grupos sociais pertencem a universos separados e têm demandas irreconciliáveis” (Caldeira, 1997, p.175).

Nos bairros cariocas de baixa renda, especialmente nas favelas sob controle de traficantes, a atuação do Estado tem se dado primordialmente por operações das polícias militar e civil. As ações de policiamento nesses territórios são distintas daquelas executadas nas regiões mais abastadas da capital fluminense. As operações se tornam mais violentas: o uso de atiradores efetuando disparos de helicópteros em pleno voo não é raro; as operações ocorrem independentemente da rotina dos moradores; os abusos de autoridade são frequentes.

Essas operações se refletem nos números de homicídios. Ao analisarmos os índices do gráfico anterior desde 2016, é possível notar um aumento crescente das mortes em ocasiões de operações policiais, aumento este que se acentuou no ano de 2019. O mapa de homicídio por intervenção policial em Área Integrada de Segurança Pública (divisão geográfica de atuação das polícias militar e civil no município do Rio) ilustra, dentro do recorte temporal analisado neste trabalho (2016-2019), as áreas que sofreram com maior incidência desse tipo de ocorrência (Fig. 1). Grande parte desses homicídios tem se dado nos bairros de baixa renda das zonas Norte e Oeste, onde a maior parte da população é negra (Fig. 2).

Mapa de Homicídio por Intevenção Policial em AISP - Área Integrada de Segurança Pública

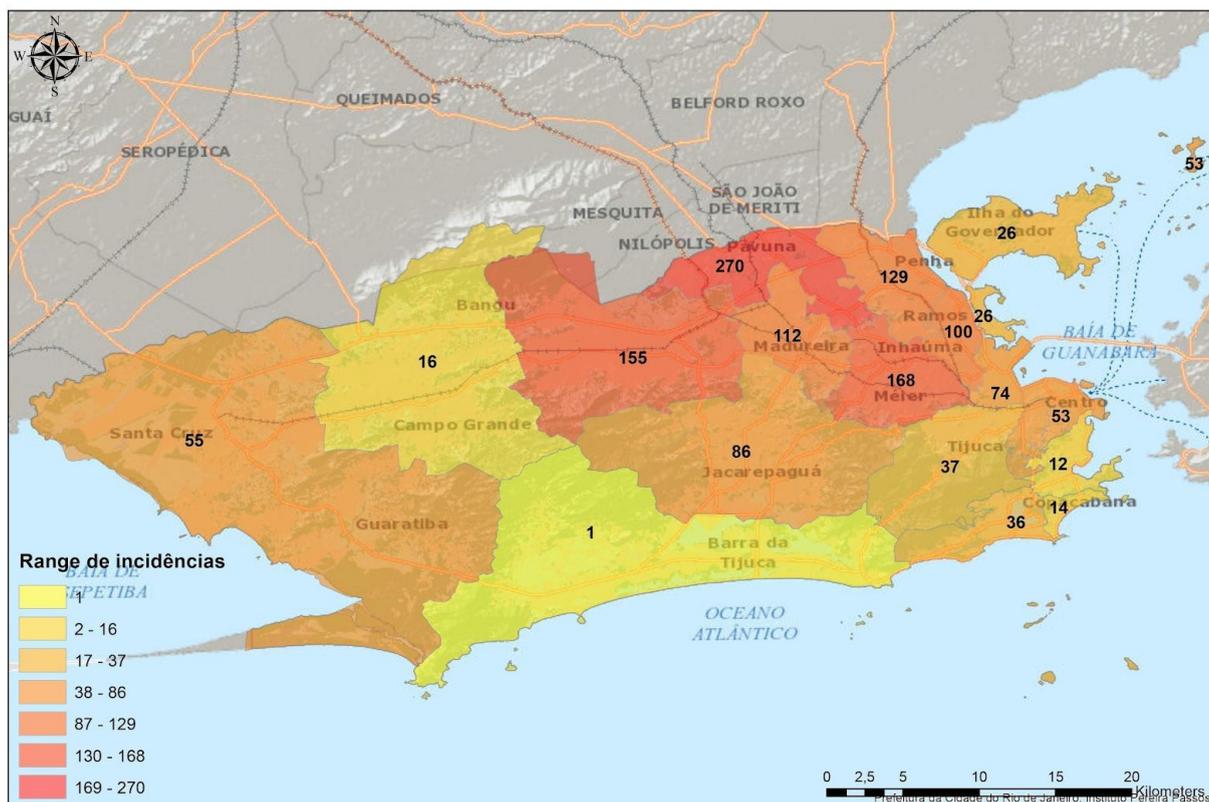


Figura 1. Fonte: Autoria própria. Base de dados: Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP-RJ)

Nesse sentido, torna-se necessário traçar um paralelo entre o aumento no número de homicídios em confrontos policiais, com a ascensão de um discurso legitimador da ação violenta do Estado, por parte das lideranças políticas empossadas recentemente no Brasil. Amparados pela retórica do medo e se utilizando de uma metáfora de guerra, tais lideranças defendem a militarização e o extermínio como política de segurança pública sobre os territórios de atuação de facções criminosas, se utilizando da justificativa de combate ao tráfico de drogas. Tal discurso tem implicações de caráter racista: as ações sobre territórios de maioria negra se acentua ainda mais, ao passo que as mortes de inocentes, pretas, pretos e crianças vem na esteira da letalidade do Estado brasileiro.

A questão racial

“Nos países capitalistas, entre o explorado e o poder interpõe-se uma multidão de professores de moral, de conselheiros, de ‘desorientadores’. Nas regiões coloniais, ao contrário, a polícia e o soldado, pelas suas intervenções diretas e frequentes, mantêm o contato com o colonizado e aconselham-no, com golpes de coronha ou incendiando as suas palhotas, que não faça qualquer movimento. O intermediário do poder utiliza uma linguagem de pura violência. O intermediário não mitiga a opressão, nem encobre mais o domínio. Expõe e manifesta esses sinais com a boa consciência das forças da ordem. O intermediário leva a violência a casa e ao cérebro do colonizado. (...) A cidade do colonizado, a cidade indígena, a cidade negra, o bairro árabe, é um lugar de má fama, povoado por homens também de má fama. Ali, nasce-se em qualquer lado, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer parte e não se sabe nunca de quê. (...) A cidade do colonizado é uma cidade agachada, de joelhos, a chafurdar. É uma cidade de negros, uma cidade de ruminantes”. (FANON, 1961, p. 33-34)

A estrutura da sociedade brasileira é sem sombra de dúvidas uma herança colonial. A escravização e as formas de dominação estabelecidas pela Coroa Portuguesa na Era Colonial são as raízes da sociedade brasileira. Segundo Jessé de Souza, o Brasil é uma *sociedade escravocrata*, e baseia-se em dispositivos de humilhação para manter as suas relações de dominação e servidão. As raízes dessa sociedade escravocrata marcaram a história brasileira desde sempre e se expressam, no contexto político atual, através do discurso de ódio e da retórica moral como justificativa para a desumanização e a segregação das pessoas negras e pobres.

No Rio de Janeiro, a segregação urbana se expressa através de fragmentações materiais e simbólicas, grafando espacialmente conflitos e barreiras sociais. Constituídos historicamente, os regimes de dominação, ao induzir a segregação urbana, controlam os espaços e os corpos através da violência e da retórica do medo. Segundo Mbembe (2016), “a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer”. Exercitar a soberania é, portanto, exercer controle sobre a vida de corpos deliberadamente subalternizados, como forma de *manifestação de poder*. Nesse sentido, o aporte da expressão foucaultiana de *biopoder*, traduzida como o domínio da vida sobre o qual o poder tomou o controle, também é importante para entender em quais esferas da sociedade o discurso político, sobretudo por meio da luta contra o medo, faz da violência e do assassinato do inimigo seu principal objetivo.

Segundo João da Costa Vargas (2005), “o abuso policial contra moradores de favelas [espaços segregados social e racialmente], em sua maioria pobres e negras/os, faz parte de um

padrão histórico ainda em curso”. A violência policial - que se manifesta sobretudo na tentativa de controlar territórios favelizados e segregados - tem como principais vítimas, segundo João da Costa Vargas (2005), jovens negros mortos em operações militares. O aporte de violência em favelas têm motivações históricas, pautadas, sobretudo, pelo racismo que permeia a sociedade brasileira.

Ao analisarmos a distribuição espacial da violência policial (Fig. 1), compreendendo os índices da capital fluminense para o ano de 2019, nota-se uma correspondência entre as áreas que sofrem com maior incidência de homicídios por intervenção policial e os bairros de baixa renda das zonas Norte e Oeste, onde a maior parte da população é preta e parda (Fig. 2).

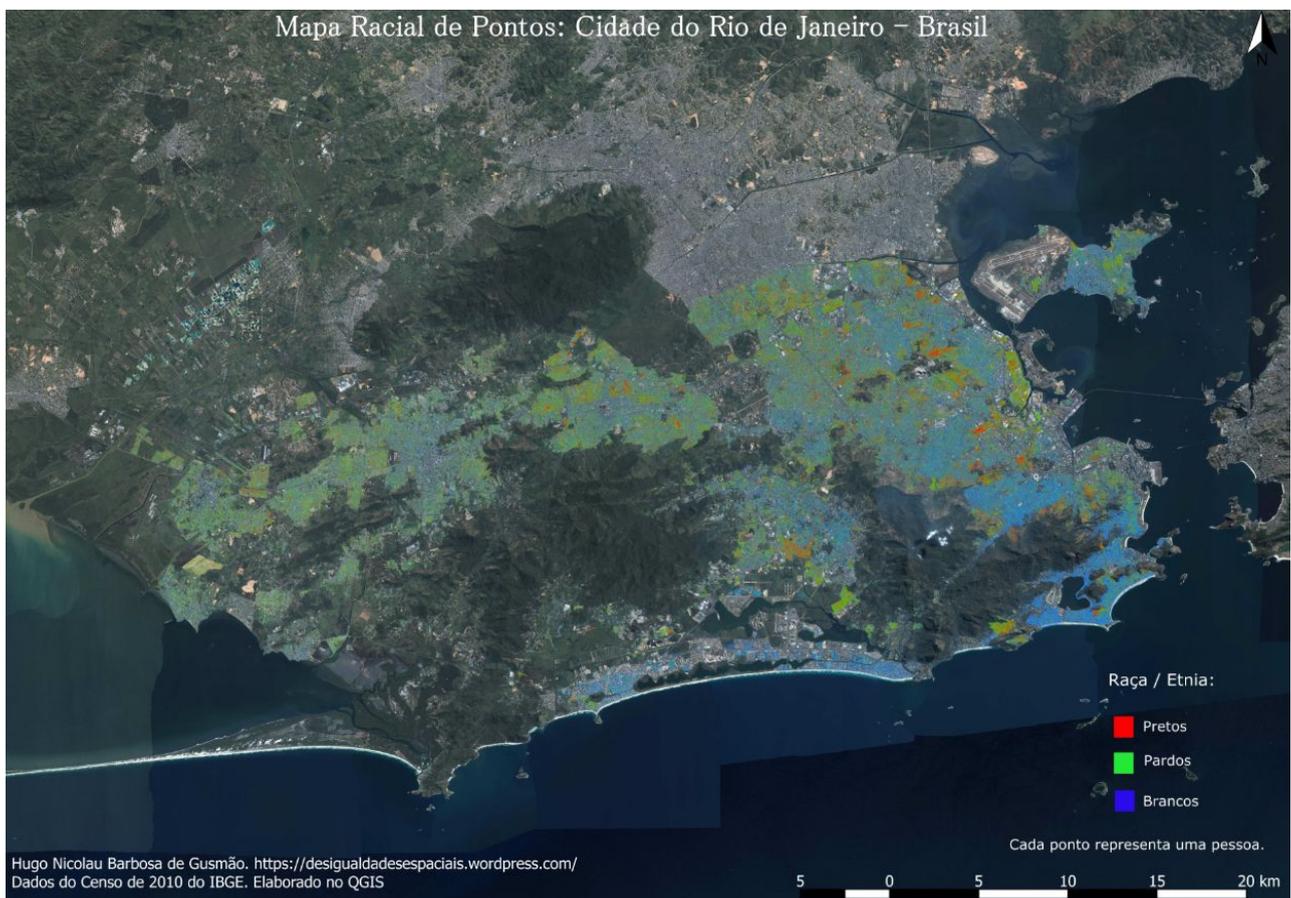


Figura 2. Fonte: <https://desigualdadesespaciais.files.wordpress.com/2015/11/mapa-da-cidade-do-rio-de-janeiro-satelite.jpeg>.

Ao espacializar os dados raciais do Censo de 2010 do IBGE, a figura 2 desvela a segregação racial que conforma a cidade do Rio de Janeiro. As regiões oceânicas, como a zona Sul e a Barra da Tijuca, possuem uma população majoritariamente branca (80% a 90%), enquanto que as regiões periféricas das zonas Norte e Oeste são compostas, em sua maioria, por pessoas pretas e pardas.

Apenas no ano de 2019, é possível elencar casos emblemáticos de violência policial no Rio de Janeiro. Os eventos mais noticiados revelam a barbárie da violência promovida pelo Estado brasileiro, e se materializam na desumanização e na morte de sujeitos negros. Em abril, 80 tiros

mataram Evaldo; em setembro, uma bala perdida matou Ágatha, uma criança de 8 anos; quatro dias após da morte de Ágatha, Vitória, de 11 anos, foi baleada. Segundo os dados do Instituto de Segurança Pública (ISP), entre janeiro e julho de 2019, foram registradas 1.079 mortes provocadas pela polícia, 20% a mais do que no ano anterior, quando foram registrados 899 casos. Segundo o Centro de Pesquisas do Ministério Público do Rio de Janeiro, o Rio possui a polícia mais letal do Brasil, embora não esteja dentre os dez estados mais violentos do país.

A segregação racial do Rio de Janeiro demarca, conforme cunhou Joice Berth³, as *áreas pretas*, lugares onde é permitido matar, violentar, invadir e executar ações completamente arbitrárias, como disparar 80 ou 111 tiros de fuzis. Nesse sentido, as favelas, e os processos em torno da subalternização e da construção de paisagens do medo, articulam espaços de morte e desumanização de sujeitos negros. Esses espaços são lugares do racismo, onde há permissão social para a violência física e simbólica que mata e retira das populações negras e pobres a sua cidadania.

Considerações finais

Os eixos centrais deste artigo - violência, território, segregação e racismo -, quando analisados à luz dos movimentos em torno da inflexão político-ideológica pós-2016, apontam para o aprofundamento da violência urbana e da letalidade policial, principalmente em territórios segregados racial e socialmente. Os dispositivos e políticas de promoção da segurança de cunho ultraliberal conservador, ao escolherem quem deve morrer e quem pode viver, materializam um projeto de sociedade pautado pelo extermínio de corpos pobres e favelizados, sobretudo negros, e pela salvaguarda das populações brancas e historicamente opressoras.

O racismo presente na promoção de políticas de segurança é, também, uma estratégia de dominação e controle social. Mbembe (2016), ao afirmar que há uma “simplificação do discurso político de segurança”, fornece chaves interpretativas importantes acerca dos significados por trás da falta de transparência nos dados sobre as vítimas de violência. Nesse sentido, o autor aponta para a “criação do inimigo da sociedade”, como justificativa moral para controlar corpos e espaços habitados em sua maioria por sujeitos negros.

As políticas de segurança, engajadas na promoção da justiça social, deveriam priorizar outras estratégias que não as baseadas no confronto, na violência, na militarização e na acentuação

³ BERTH, Joice. Áreas brancas e áreas negras: o redline nas cidades brasileiras. Carta Capital. Rio de Janeiro, 08 abril 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opiniao/areas-brancas-e-areas-negras-o-redline-nas-cidades-brasileiras/>. Acesso em: 15 out. 2019.

das fronteiras entre territórios urbanos fragmentados. A segurança pública não se limita ao aporte da truculência, do conflito armado, da abordagem seletiva e do discurso de morte. Ela busca outras bases de atuação: a promoção da educação; o horizonte de acesso ao trabalho, ao estado e à cidade de modo equitativo; as políticas econômicas e habitacionais; a ampliação e o aprimoramento dos mecanismos de participação democrática que visam a garantia da cidadania (em contraposição às recentes ações contrárias, como a extinção de conselhos) e todas as outras esferas que operam a favor da diminuição de desigualdades e assimetrias.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Pauline. Menina de 11 anos é baleada no Rio quatro dias após a morte de Ághata. **Uol: Notícias**. Rio de Janeiro, 24 set. 2019. Cotidiano. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/09/24/menina-de-11-anos-e-baleada-no-rio-quatro-dias-apos-a-morte-de-aghata.htm>>. Acesso em: 02 out. 2019.

ANTUNES, Jéssica. Projeto Segurança Presente chega a mais dois bairros do Rio. **Ebc: Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 03 out. 2018. Geral. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-12/projeto-seguranca-presente-chega-mais-dois-bairros-do-rio>>. Acesso em: 03 out. 2019.

_____. Relatório traz balanço da ação policial em favelas do Rio. **Ebc: Agência Brasil**. Rio de Janeiro, 18 dez. 2018. Geral. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-12/relatorio-traz-orientacoes-para-atividade-policial-em-favelas-do-rio>>. Acesso em: 02 out. 2019.

BERTH, Joice. Áreas brancas e áreas negras: o redline nas cidades brasileiras. **Carta Capital**. Rio de Janeiro, 08 abril 2019. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/opinioao/areas-brancas-e-areas-negras-o-redline-nas-cidades-brasileiras/>. Acesso em: 15 out. 2019.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Enclaves Fortificados: a nova segregação urbana. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, v. 47, p.155-176, 1997. Quadrimestral.

CAPELLI, Paulo. Witzel quer criar cartilha para orientar moradores de favelas sobre como agir durante operações policiais: Após o lançamento do material, previsto para este ano, governador

promete “intensificar o confronto com criminosos”. **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 set. 2019. Rio. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/witzel-quer-criar-cartilha-para-orientar-moradores-de-favelas-sobre-como-agir-durante-operacoes-policiais-23969421>>. Acesso em: 02 out. 2019.

DONDOSSOLA, Edivaldo. Agentes do programa Segurança Presente denunciam falta de pagamento de salários. **G1**. Rio de Janeiro, 30 set. 2019. Bom Dia Rio. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/30/agentes-do-programa-seguranca-presente-denunciam-falta-de-pagamento-de-salarios.ghtml>>. Acesso em: 02 out. 2019.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. 275 p.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro. **Corpo Negro Caído no Chão: O Sistema Penal e o Projeto Genocida do Estado Brasileiro**. 2006. 145 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Direito, Faculdade de Direito, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

HERINGER, Carolina et al. Witzel muda sistema de metas que estimulava redução de mortes em confronto com a polícia: Medida, assinada pelo governador, foi publicada na edição desta terça-feira do Diário Oficial do Estado. **O Globo**. Rio de Janeiro, 24 set. 2019. Rio. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/witzel-muda-sistema-de-metas-que-estimulava-reducao-de-mortes-e-m-confronto-com-policia-23969632>>. Acesso em: 03 out. 2019

LANG, Marina. Operação policial no Alemão deixa 5 mortos; Maré tem pânico em escolas. **Uol: Notícias**. Rio de Janeiro, 18 set. 2019. Cotidiano, p. 1-2. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/09/18/rj-com-helicopteros-operacoes-deix>>. Acesso em: 02 out. 2019.

LUCIUS, Leon. Futuro do programa Segurança Presente é incerto. **Alerj: Publicações**. Rio de Janeiro, 11 maio 2017. Notícias. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/40414?AspxAutoDetectCookieSupport=1%3E.#>>. Acesso em: 02 out. 2019.

MARICATO, Ermínia. Urbanismo na Periferia do Mundo Globalizado: Metrôpoles Brasileiras. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, p.21-33, out. 2000. Semestral.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**: revista do ppgav/eba/ufRJ, Rio de Janeiro, n. 32, p.122-151, 2016. Semestral.

MORO lança campanha do pacote anticrime e pede aprovação no Congresso: Vídeos trazem depoimentos de pessoas que tiveram familiares assassinados. Ministro diz que parlamentares têm responsabilidade em 'mensagem' contra o crime. **Veja**, São Paulo, 03 out. 2019. Semanal. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/politica/moro-lanca-campanha-do-pacote-anticrime-e-pede-aprovacao-no-congresso/>>. Acesso em: 03 out. 2019.

PENNAFORT, Roberta. 'A polícia vai mirar na cabecinha e... fogo', diz novo governador do Rio: Wilson Witzel (PSC) defende execução de bandidos com fuzil e, antes de assumir, já fala em reeleição. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 01 nov. 2018. Política. Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/eleicoes,a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-diz-novo-governador-do-rio,70002578109>>. Acesso em: 03 out. 2019.

SILVEIRA, Daniel. Violência policial não diminui ocorrência de crimes no RJ, aponta estudo do Ministério Público. **G1**. Rio de Janeiro, 29 set. 2019. G1 Rio. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/29/violencia-policial-nao-diminui-ocorrencia-de-crimes-no-rj-aponta-estudo-do-ministerio-publico.ghtml>>. Acesso em: 02 out. 2019.

SMITH, Susan J. Geografia urbana num mundo em mutação. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Graham (Org.). **Geografia Humana**: Sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996. Cap. 8. p. 248-268.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, Otília; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. **Cidade do pensamento único**: Desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 75-103.

VARGAS, João H. Costa. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. **Revista de Antropologia**, [s.l.], v. 48, n. 1, p.75-131, jun. 2005. FapUNIFESP.